



Comissão estuda eliminar indenização por atraso de voo

Cancelamentos ou demoras gerados por força maior, como eventos climáticos, não são responsabilidade das companhias, segundo advogado

Passageiros de avião podem perder o direito de cobrar na Justiça indenização das companhias se a interrupção de pousos e decolagens for provocada por motivo de força maior. A sugestão foi feita ontem pelo advogado Ricardo Bernardi durante debate na comissão de especialistas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Brasileiro de Aeronáutica. Segundo Bernardi, a mudança harmonizaria a legislação aérea com a teoria da responsabilidade civil.

Representante da Anac na audiência, Ricardo Catanant advertiu que a medida pode causar impacto severo na vida do passageiro em situações de atraso e mesmo de mudança de pouso para aeroporto diferente do programado. **3**



Marcelo Camargo/ABR

Atrasos por motivos alheios às companhias, recorrentes em aeroportos brasileiros como o de Guarulhos (SP), não seriam razão para indenização



Paulo Paim (C) coordena debate com sindicalistas

Centrais rejeitam proposta de fim do imposto sindical

Sindicalistas criticaram na Comissão de Direitos Humanos texto que acaba com a contribuição sindical obrigatória, equivalente a um

dia de trabalho descontado anualmente. A exceção é a CUT, que propõe substituição do sistema para combater entidades de fachada. **8**

Gerardo Magela/Agência Senado

Setor de insumos agrícolas teme desabastecimento

Na Subcomissão de Mineração, representantes do setor de insumos para a agricultura e a pecuária disseram que o Brasil precisa de políticas de apoio à produção de minerais

como calcário, potássio e fósforo, ou correrá risco de desabastecimento. A dependência da importação coloca o tema como questão estratégica nacional, argumentaram. **7**



Alberto Nunes, Roquetti Filho, Wilder Morais, Domingos Sávio e Reginaldo Minaré

Waldemir Barreto/Agência Senado

especial Cidadania

Meia-entrada terá novas regras em dezembro

Entre as principais mudanças, está a reserva de 40% dos lugares em eventos esportivos e culturais para ingressos pela metade do preço. Decreto também limita o número de entidades autorizadas a emitir a carteira de estudante, que terá um padrão nacional. Objetivo é evitar fraudes. **4 e 5**



Emissão de carteiras sofrerá maior controle

Gerardo Magela/Agência Senado

Fidelização de telefonia móvel pode mudar **6**

Representantes dos estados debatem ICMS **3**

Audiência discute novo cálculo de desemprego **7**

Criação da Zona Franca de São Luís em análise hoje **2**

Debate sobre 1ª infância reúne pesquisadores **7**

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) convida para o

SEMINÁRIO USINAS NUCLEARES

LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA MUNDIAL

Usinas nucleares para produzir eletricidade?

Data: 27 e 28 de Outubro. A partir das 9h | Local: Auditório Antonio Carlos Magalhães - Interlegis - Senado Federal

Realização: SENADO FEDERAL

Apoio: GREEN CROSS, HEINRICH BÖLL STIFTUNG

Secom | Publicidade e Marketing



Para Roberto Rocha, zona franca incentivaria economia do Maranhão, que tem baixo índice de desenvolvimento humano

Comissão analisa criação de zona franca em São Luís

De acordo com projeto do senador Roberto Rocha, área de livre comércio da capital maranhense seria voltada à exportação, como forma de incentivar a produção de bens destinados ao mercado externo



A COMISSÃO ESPECIAL para o Aprimoramento do Pacto Federativo deve examinar hoje projeto que cria a Zona Franca de São Luís, com o propósito de incentivar a produção de bens destinados ao exterior.

De acordo com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 319/2015, de Roberto Rocha (PSB-MA), a zona franca englobará toda a capital maranhense como área de livre comércio, de im-

portação e exportação e com incentivos fiscais especiais. As mercadorias que entrarem na zona franca terão suspensão do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O senador ressaltou que, enquanto a Zona Franca de Manaus apresenta um modelo de produção voltado marcadamente para a substituição de importações, com o mercado brasileiro como principal destino, a zona franca prevista em São Luís terá o mercado

externo como destinação de seus produtos.

Relator da matéria na Comissão do Pacto Federativo, Walter Pinheiro (PT-BA) é favorável à iniciativa. No relatório, o senador lembra que as regras do Mercosul não impedem o Congresso de criar novas zonas francas no Brasil.

Pinheiro considera a proposta um importante instrumento de desenvolvimento econômico, capaz de contribuir para a redução das desigualdades entre as regiões do país.

Proteção à Caatinga pode ganhar prioridade

Os projetos de proteção da Caatinga poderão ser incluídos entre as prioridades de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei 7.797/1989). A medida consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 578/2015, de Lídice da Mata (PSB-BA), que está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA).

Segundo a senadora, a proposta visa reduzir dificuldades de financiamento de ações para a conservação da Caatinga. "Preservar e recuperar a Caatinga é fundamental para a manutenção de várias bacias hidrográficas situadas nesse bioma", ressaltou Lídice, na justificativa do projeto.

Em apoio à proposta, o relator na CMA, Otto Alencar (PSD-BA), lembra que a Caatinga é o único bioma integralmente em território brasileiro e um dos mais ameaçados.

Em seguida, o projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão final (se aprovado, irá à Câmara dos Deputados sem necessidade de votação



Área de Caatinga no RN: texto visa garantir recurso para preservação do bioma

no Plenário do Senado, a não ser que haja recurso com esse objetivo).

Equiparação

A pauta da comissão inclui ainda projeto que aumenta de 40 para 60 salários mínimos o valor das causas aceitas pelos juizados especiais cíveis estaduais. A proposta (PLS 50/2012) faz a equiparação com o limite das ações aceitas pelos juizados especiais federais.

Apresentado pelo então senador Lobão Filho (PMDB-MA), o texto recebeu uma emenda do relator, Davi Alco-

lumbre (DEM-AP) para permitir a apelação a instâncias superiores da Justiça em ações individuais envolvendo relações de consumo e inferiores a 60 salários mínimos.

O relator observa que o aumento do valor das causas aceitas por juizados especiais beneficiará os consumidores, mas considera a restrição a apelações, contida no texto original, "um retrocesso jurídico e um incomensurável prejuízo para o direito do consumidor".

A matéria precisa passar também pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

Senado homenageia jornal gaúcho Correio do Povo, fundado há 120 anos

O Senado fará uma sessão especial na sexta-feira, às 14h, para homenagear o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, pelos 120 anos de sua fundação. Em todo esse tempo, o *Correio* ficou apenas dois anos sem circular, sendo um dos jornais de maior circulação no estado, segundo a Associação Nacional de Jornais.

Lasier Martins (PDT-RS), que apresentou o requerimento de homenagem ao *Correio do Povo*, disse que o jornal tem uma trajetória de vitórias ao informar não só os gaúchos, mas também os brasileiros.

— O *Correio do Povo* é uma verdadeira marca dos gaúchos, levando a todos os rincões informação com credibilidade, além de preservar

valores de imparcialidade e de excelência no ofício que o consagrou. É o jornal que o gaúcho carrega no coração — disse o senador.

O jornal foi fundado no dia 1º de outubro de 1895, pelo jornalista Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior. Na época, o Rio Grande do Sul tinha duas grandes forças políticas, os maragatos, que se identificavam com lenços vermelhos no pescoço, e os chimangos, com lenços brancos. Para provar a independência do jornal, as primeiras edições foram impressas em papel rosa, o que fez com que ele ficasse conhecido como "róseo".

Por muito tempo, escritores famosos no estado e no país tiveram presença certa no jornal, entre eles Machado de Assis e Mario Quintana.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Ciência sem Fronteiras**
9h A comissão apresenta pesquisa Data-Senado sobre o Ciência sem Fronteiras. Depois, reunião deliberativa.
- CAE Emendas ao Orçamento**
9h30 Análise de emendas ao projeto de Orçamento para 2016. Logo depois, reunião deliberativa. Na pauta, entre outros, o PLS 307/2012, que fixa prazo de 30 dias para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário.
- CMA Calibrador de pneus**
9h30 O PLC 104/2014, que obriga os postos de combustíveis a regular calibradores de pneus, é um dos itens da pauta. Após, análise de emendas ao Orçamento.
- INSTITUCIONAL Primeira infância**
9h30 Abertura da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Auditório Petrônio Portella.
- SENADO DO FUTURO Emendas**
9h30 A comissão analisa emendas ao projeto de Orçamento de 2016.
- CÓDIGO DA AERONÁUTICA Reunião**
10h Reunião da comissão de especialistas. Às 14h, audiência pública interativa sobre as tarifas de passagens aéreas.
- CE Galeria de ex-presidentes**
11h Inauguração da galeria de ex-presidentes da Comissão de Educação, com aposição de retratos dos três últimos presidentes: Roberto Requião, o ex-senador Cyro Miranda e a ex-senadora Fátima Cleide. Após, reunião deliberativa.
- CMO LDO 2016**
14h Colegiado de Líderes avalia a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. Às 15h, reunião extraordinária para análise de emendas ao Orçamento de 2016.
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h A MP 678/2015, que permite a licitação simplificada na segurança pública, tranca a pauta.
- MP 687/2015 Taxas federais**
14h30 A comissão da medida provisória, que autoriza a atualização de taxas cobradas pela Ancine, pelo Cade e pelo Ibbma, analisa relatório.
- PARLASUL Aquífero Guarani**
14h30 A representação brasileira no Parlamento do Mercosul analisa, entre outros itens, texto de Acordo sobre o Aquífero Guarani e o projeto sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.
- PACTO FEDERATIVO Zona franca**
14h30 A comissão analisa o PLS 319/2015, que cria a Zona Franca de São Luís.
- MP 684/2015 Marco das ONGs**
15h A comissão responsável pela MP, que trata da vigência do marco regulatório das ONGs, analisa relatório.
- MP 696/2015 Reforma administrativa**
15h Reunião da comissão da MP, que re-desenha a estrutura de ministérios e órgãos da Presidência da República.
- PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa**
16h Renan Calheiros preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
- Acompanhe:** • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h30 a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em audiência na Comissão de Reforma do Código de Aeronáutica, advogado sugere fim de obrigação para aéreas em casos de cancelamento ou atraso motivado por força maior

Indenização por atraso de voo pode acabar

O FUTURO CÓDIGO Brasileiro de Aeronáutica (CBA) poderá desobrigar as companhias aéreas de indenizar passageiros por prejuízos decorrentes de atrasos ou cancelamentos de voos causados por eventos de força maior, como fatores climáticos, acidentes ou problemas operacionais que provoquem a interrupção de pousos e decolagens. Dispositivo com essa finalidade foi sugerido à comissão de especialistas encarregada de elaborar o anteprojeto de reformas no código.

A proposta consta de relatório apresentado pelo advogado Ricardo Bernardi, especialista em direito aeronáutico. Na visão dele, a medida é harmônica com a teoria da responsabilidade civil, que resguarda pessoas físicas e jurídicas de reparar danos por motivo de força maior. De modo prático, o texto do CBA passaria a especificar situações habituais do transporte aéreo que afetam a vida do passageiro, mas decorrem de acontecimentos fora da responsabilidade das companhias.

— Força maior quebra o nexo. Então, não há obrigação de indenizar. É isso que estamos propondo. É um princípio de direito que queremos transpor para o código — reforçou.

Bernardi citou como fato característico a eventual interrupção das operações de um aeroporto devido a problemas no sistema de controle. Ele mencionou a hipótese de um furacão nos Estados Unidos, no meio da rota de voos.

— É óbvio que o voo não vai sair daqui e passar pelo meio de um furacão, vai ter que atrasar. Agora, imputar à companhia aérea todo o ônus decorrente desse atraso fora do controle dela também não parece razoável — argumentou.

O advogado admitiu que há outros pontos de vista em relação à questão, inclusive com base na ideia de que es-



Especialistas que elaboram anteprojeto com mudanças no Código Brasileiro de Aeronáutica receberam ontem a sugestão

sas ocorrências são parte do risco do negócio. Ressaltou, contudo, que transferir o risco para as empresas provoca aumento dos valores envolvidos na prestação do serviço. Do ponto de vista econômico, explicou, isso resultará na elevação dos preços das passagens aéreas.

Para cobrar indenizações por danos, normalmente os passageiros recorrem aos Procons e ao Judiciário. Durante a audiência, membros da comis-

são destacaram que, no país, as decisões judiciais costumam favorecer os consumidores, considerados hipossuficientes (a parte mais frágil da relação).

Na visão do advogado, o princípio da exclusão de responsabilidade por motivo de força maior desobrigaria as empresas aéreas até mesmo de prestar assistência material aos passageiros retidos nos aeroportos. A depender do tempo de atraso, segundo regras da Agência Nacional

de Aviação Civil (Anac), hoje os passageiros devem dispor de telefone para comunicações, alimentação ou mesmo hospedagem.

Impacto

Ricardo Bisinotto Catanant, que chefia o Departamento de Serviços Aéreos da Anac, pediu cuidado no exame da proposta da exclusão da responsabilidade por motivo de força maior. Segundo ele, a medida pode causar impacto

severo na vida do passageiro em situações de atraso e mesmo de mudança de pouso para aeroporto diferente do programado.

Bernardi admitiu na audiência que essas implicações devem ser bem avaliadas, pois o passageiro não pode ficar desamparado. Porém, considerou necessário também discutir em que casos a assistência material deve caber exclusivamente à companhia aérea. A seu ver, outros agentes do sistema podem compartilhar a obrigação.

Bagagem

O relatório apresentado por Bernardi inclui ainda sugestão para que seja desregulamentada a regra sobre franquias de bagagem, com liberdade de fixação de preços pelo próprio mercado. Esse princípio já é adotado no país para os preços dos bilhetes. Pela lógica de mercado, avalia o advogado, bilhetes sem franquias podem ter preços mais baixos.

Atualmente, em trechos nacionais, os passageiros contam com uma franquia de bagagem de até 23 quilos. Nos voos internacionais que partem do Brasil, o limite é de 32 quilos. Segundo Bernardi, outros países não impõem franquias às empresas.

— O passageiro que leva menos de 32 quilos, que leva 10 quilos, por exemplo, ou que não quer levar nada paga, no final das contas, pelos outros — justificou.

Outra sugestão é pela flexibilização das regras referentes aos prazos de validade dos bilhetes. Bernardi observou que hoje já é possível comprar um bilhete por menor valor se a tarifa tem multa maior no caso de pedido de reembolso. O mesmo se aplicaria aos prazos dos bilhetes: aqueles com validade de tempo maior tenderiam a ter valores mais altos, e os de prazo mais curto seriam mais baratos.

Comissão avalia tarifas aeroportuárias

A comissão de especialistas que revisa o Código Brasileiro de Aeronáutica analisou ontem, em reunião de trabalho, a proposta que prevê a redução de tarifas pagas pelas aeronaves. A redução deve facilitar a exploração futura do sistema aeroportuário, hoje a cargo do governo, pelo setor privado.

Na avaliação de alguns integrantes do colegiado, a alteração reforça o princípio constitucional de que cabe prioritariamente ao setor privado exercer a atividade econômica e ao Estado planejar e executá-la, quando for o caso.

A comissão também quer atualizar dispositivos do código que tratam das atribuições

dos comandantes em relação à segurança dos passageiros das aeronaves, para adequá-las às recomendações da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, na sigla em inglês).

Outra mudança em exame na comissão é a que equipara o serviço aéreo regular ao não regular, ao prever a exigência da mesma documentação para o início dessas atividades. Os especialistas também avaliam se a atividade de táxi-aéreo será definida como um serviço de natureza pública.

A relatora do colegiado, Maria Helena Rolim, organiza as propostas encaminhadas à comissão, que deverá concluir os trabalhos em 12 de

dezembro. Esse prazo, porém, poderá ser prorrogado, com a retomada dos trabalhos em fevereiro de 2016, para exame de questões pendentes. Depois de aprovado na comissão, o anteprojeto de reforma do CBA será transformado em projeto de lei, a ser analisado pelo Senado e pela Câmara.

Hoje, às 14h, a comissão irá debater a composição dos preços do combustível de aviação e as tarifas para os usuários do sistema aéreo, com a participação de representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea).

Estados e União debatem texto que unifica alíquota do ICMS

Audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debate amanhã, às 9h, o projeto de resolução que redefine as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais.

O debate do PRS 1/2013 foi dividido em duas audiências. Na primeira, realizada no dia 7, secretários de Fazenda apoiaram a proposta do governo de unificar em 4% a alíquota do ICMS, desde que acompanhada da criação de um fundo constitucional para compensar

as perdas dos estados com a mudança tributária. Para que o fundo se torne constitucional, é necessária a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição.

Em vez de PEC, o governo encaminhou ao Congresso uma medida provisória que cria o Fundo de Compensação e Desenvolvimento Regional para os Estados e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, o que não garante a inclusão

dos fundos na Constituição. Assim, a compensação seria estabelecida em lei ordinária.

Os secretários de Fazenda temem que se repita com esses fundos o que aconteceu com a Lei Kandir, instrumento criado pelo governo federal em 1996 para isentar de ICMS produtos e serviços exportados. Por falta de clareza nas regras, as perdas dos estados exportadores, hoje avaliadas em R\$ 28 bilhões ao ano, são compensadas parcialmente, com apenas R\$ 3,6 bilhões anualmente.

O requerimento do deba-

te é do relator do projeto, Wellington Fagundes (PR-MT), com Donizeti Nogueira (PT-TO), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Simone Tebet (PMDB-MS).

Foram convidados os secretários da Fazenda do Espírito Santo, Ana Paula Vescovi; de Minas Gerais, José Afonso Bicalho; e de Santa Catarina, Antonio Marcos Gavazzoni; o presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial

Brasil), José Alves Filho; e o presidente-executivo da entidade, Herculano Anghinetti; o secretário-executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Manuel dos Anjos Marques Teixeira, e o coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do órgão, André Horta Melo; e o presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ICMS) do Ministério da Fazenda, Marcelo Mello.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Estudante precisará de carteira padronizada para pagar meia

Novas regras, que entram em vigor em dezembro, limitam a emissão de documentos a algumas entidades como UNE, Ubes e DCEs para evitar fraudes. Também estabelecem reserva de 40% dos ingressos de cada evento para o benefício. Opiniões se dividem sobre queda de preços

Rodrigo Baptista

A PARTIR DE 1º de dezembro, 40% dos lugares em eventos artísticos, culturais e esportivos serão reservados à meia-entrada para estudantes, jovens de baixa renda e pessoas com deficiência. Até lá, leis municipais e estaduais que tratam do tema seguem valendo. A determinação está no Decreto 8.537/2015, publicado pelo governo no início deste mês para regulamentar a concessão do benefício.

No caso dos estudantes, outra regra nova estabelece que só terá direito a pagar metade do valor da entrada quem tiver a Carteira de Identificação Estudantil (CIE), um documento padronizado e emitido por uma das seguintes entidades: Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira

dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e diretórios centrais dos estudantes (DCEs), além de centros e diretórios acadêmicos, de nível médio e superior.

A CIE já está disponível, custa R\$ 25 mais o frete e pode ser solicitada pelo site www.documentoestudante.com.br/.

— Se não fosse pela meia-entrada não teria ido ao Rock in Rio e a vários outros eventos — contou o brasileiro Lucas Henrique da Cruz, 20 anos.

No dia 19 de setembro, ele esteve no Rio de Janeiro, com amigos, para assistir aos shows da banda britânica Queen e de outros grupos. Cruz comprovou a condição de estudante de arquivologia na UnB com a carteira emitida pela própria universidade e desembolsou R\$ 175 — metade do valor do ingresso.

Mas se ainda estiver na facul-

dade e quiser assistir à próxima edição do festival, prevista para 2017, ele terá que solicitar uma carteira estudantil padronizada por uma das instituições cadastradas.

De acordo com a presidente da UNE, Carina Vitral, a falsificação das carteiras de estudante e o completo descontrolado do acesso à meia-entrada fez com que os produtores culturais aumentassem o preço dos ingressos. Ela acredita que, após a regulamentação, não haverá espaço para as irregularidades no acesso à meia-entrada. Para a dirigente estudantil, as distorções se proliferaram principalmente a partir da Medida Provisória 2.208/2001, que permitiu a qualquer associação, empresa ou organização emitir carteirinhas.

— A MP 2.208/2001 foi editada sob o argumento de democratizar o acesso à meia-entrada.

Contudo, o descontrole na emissão e a proliferação de entidades e instituições de ensino fantasmas, além de inúmeras denúncias de fraudes e falsificações, fizeram com que a carteira de estudante perdesse a sua credibilidade. Na prática, os estabelecimentos passaram a vender a meia a preço de inteira e a inteira com preço dobrado — afirmou.

Com a regulamentação, entidades que emitirem carteiras de maneira irregular ou fraudulenta estarão sujeitas a multa, suspensão temporária ou definitiva da autorização para conceder o documento.

Para evitar falsificações, UNE, Ubes e ANPG investiram na confecção da carteira. Ela tem certificação digital e elementos de segurança como tinta invisível, efeito degradê, tarja magnética e QR Code. Tudo para evitar cópias.

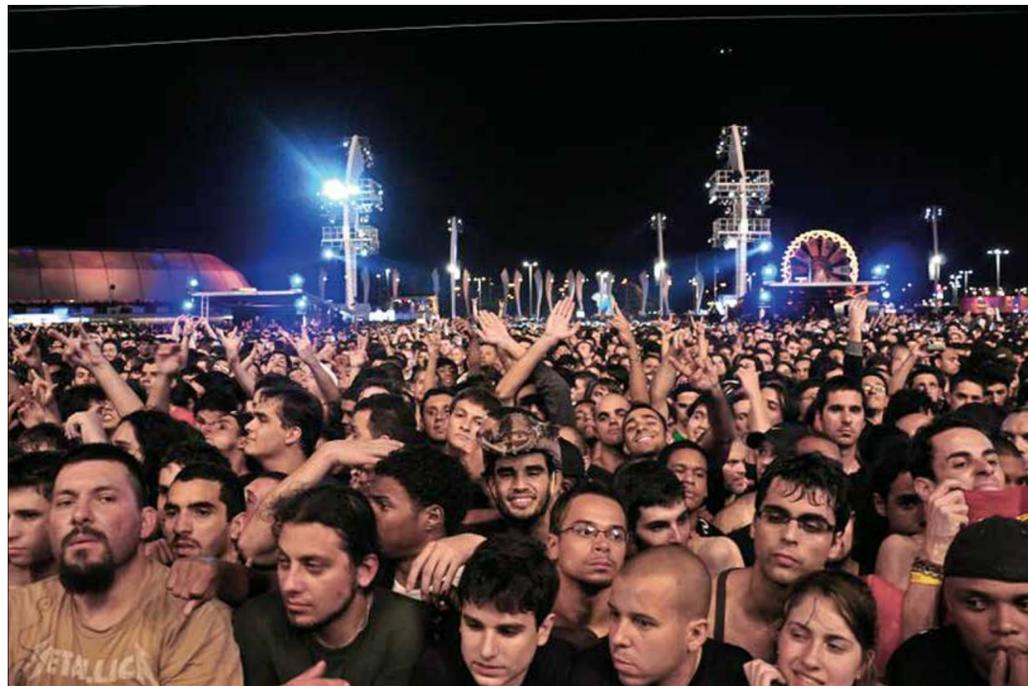
A criação de banco de dados nacional formado por todos que tenham direito à meia-entrada também ajudará a reduzir as fraudes, garante a presidente da UNE. Por meio dele, o produtor poderá verificar se a pessoa está matriculada em alguma escola ou universidade.

Identidade Jovem

Pessoas com deficiência terão de mostrar, na hora de comprar o ingresso, o cartão de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social ou do INSS. Ao acompanhante também se aplica o direito ao desconto.

Já os mais de 18 milhões de jovens de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal terão que esperar um pouco mais.

Eles deverão apresentar a Identidade Jovem, que será emitida pelo governo até 31 de março de 2016, de acordo com



Para público superior a 10 mil pessoas, caso do Rock in Rio, reserva de ingressos com meia-entrada ficará disponível do início das vendas até 72 horas antes do espetáculo

a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Até lá, comprar ingressos mais baratos vai depender dos estabelecimentos culturais e esportivos.

De acordo com o órgão, “assim que o agente operador da Identidade Jovem for contratado, a secretaria divulgará os requisitos para a solicitação do documento de identificação”.

A SNJ, ligada à Secretaria de Governo da Presidência da República, estuda qual será o formato do documento. A ideia é que a maior parte das carteirinhas seja disponibilizada virtualmente, por meio de aplicativos para smartphones ou imagens geradas por site específico. Para os que não têm acesso a internet ou a aparelhos eletrônicos, será emitido documento físico.

Com o documento, os jovens de baixa renda também terão direito a duas vagas em cada ônibus, trem ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros, além de dois lugares com desconto de 50% nas passagens a serem usadas depois de esgotadas as vagas gratuitas.



Período para venda da meia-entrada preocupa o estudante Lucas Henrique



Para a presidente da UNE, Carina Vitral, preço do ingresso ficará mais acessível

Queda no preço do ingresso não é certeza

Durante audiência no Senado em julho, antes da regulamentação da meia-entrada, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, classificou de hipocrisia a venda de ingressos mais baratos em espetáculos culturais, uma vez que, a rigor, o benefício tem o preço de uma inteira no país. Ele disse ser favorável à meia-entrada para estudantes e aposentados, por considerar esse um direito que propicia a inclusão social, mas invocou a máxima econômica segundo a qual “não existe jantar de graça”.

— Se você pende para um dos dois lados, eliminar o direito, que seria um erro, ou eliminar a viabilização econômica do espetáculo, a gente não vai sair do lugar — disse na ocasião.

De acordo com produtores, não existem eventos produzidos com a metade da bilheteria. A categoria estima vender em média 70% da bilheteria por metade do valor. É comum que o público pagante de meia-entrada corresponda a 9 de cada 10 pessoas em peças de teatro, conforme Odilon Wagner, ator e presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes (APTI).

— A meia-entrada, como funcionou até agora, representa um imposto de 50% sobre os produtos culturais. E, importante frisar, não é subsidiada pelo governo. Quem arca com esses custos são os produtores. Eles são obrigados a subir o valor da inteira e, consequentemente, da meia-entrada — admitiu.

Para o presidente da APTI, a regulamentação abre caminho

para a redução do preço de ingressos.

Opinião semelhante é compartilhada pela presidente da UNE, Carina Vitral. Para ela, a existência de um único padrão nacional da carteira de estudante e a previsibilidade da arrecadação na bilheteria por meio do estabelecimento de um piso mínimo de 40% de meia-entrada devolverá o benefício da meia-entrada a quem de fato tem direito.

— A soma dos dois fatores pode, sim, vir a fazer com que o preço do ingresso fique mais acessível, mesmo mantendo o ticket médio do promotor de eventos — disse.

Subsídio

Mas a queda dos preços não é garantida. Pelo menos é o que avalia o produtor cultural João Lucas Ribeiro, diretor do Festival Vaca Amarela, realizado anualmente em Goiânia. Para ele, a meia-entrada é ilusão.

— A conta dessa medida deva ser paga pelo governo, subsidiada. Mesmo sendo de 40% [a cota], esse déficit na bilheteria tem que ser repassado ao público — afirmou.

Recém-formada pela UnB, a arquivista Ester Eiko, 22 anos, está na expectativa pela queda de preços. Ela contou que usufruiu bastante da meia-entrada, mas, desde que concluiu a graduação, passou a frequentar menos espetáculos em razão do preço.

— Para os que não possuem nenhum tipo de benefício e pagam o valor integral das en-

tradadas, que por muitas vezes é bem elevado em Brasília, pode ser uma boa oportunidade.

Estresse

Assim como Ester, o estudante universitário Lucas Henrique da Cruz também está preocupado com o ponto da regulamentação que trata do prazo de reserva da meia-entrada.

Conforme o decreto, além da limitação da meia-entrada a 40% do total de ingressos, eles só estarão reservados a partir do início das vendas até 48 horas antes de cada evento, com disponibilidade em todos os pontos de venda.

Para públicos acima de 10 mil pessoas, a reserva da meia-entrada será até 72 horas antes do evento.

A Associação de Consumidores Proteste avalia que será mais difícil usufruir da meia-entrada. “Se não for com antecedência aos pontos de venda, não será garantido o ingresso pela metade do preço cobrado para a venda ao público em geral”, aponta a associação.

Nos eventos esportivos, avalia a Proteste, há o risco de não se obter a meia-entrada. Isso porque na regulamentação é estabelecido que o benefício da meia-entrada não é cumulativo com outras vantagens, como a aquisição de ingresso por associado de entidade de prática desportiva, como sócio torcedor ou equivalente.

— Acho que o momento de lazer pode se tornar de estresse — avaliou a arquivista Ester.

Estatuto garante metade do valor para maiores de 60

Para os idosos, nada vai mudar. Basta que apresentem documento de identidade que comprove a idade para que desfrutem da meia-entrada, pois é o que garante o Estatuto do Idoso. Esse é o entendimento de Paulo Paim (PT-RS).

Autor do estatuto, o senador foi contra a inclusão dos idosos no percentual de 40%, por considerar que a medida causaria uma disputa por ingressos vendidos pela metade do preço. Ele disse que, conforme o projeto que deu origem à Lei da Meia-Entrada (Lei 12.933/2013), os maiores de 60 anos não entram na conta dos 40% reservados. Quando sancionou a lei, a

presidente Dilma Rousseff também vetou uma menção a idosos no texto, que estabelecia que eles deveriam apresentar documento de identidade oficial para obter o benefício.

Mas o presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes, Odilon Wagner, entende que os idosos devem ser incluídos na cota de 40%.

— Eles estão dentro da Lei da Meia-Entrada. O que causa a desinformação é que os idosos não aparecem na regulamentação porque não há o que regulamentar no caso deles. É só apresentar a carteira de identidade nas bilheteiras — opinou.

Procon promete fiscalizar cumprimento da nova regra

O decreto de regulamentação determina que as bilheteiras, físicas ou on-line, terão de avisar “de forma clara, precisa e ostensiva” quantos ingressos estão à venda no total, qual a proporção exata de meias-entradas e quando os ingressos se esgotam. Caso isso não seja explicitado, o consumidor poderá exigir pagar meia.

Estabelece ainda que os promotores apresentem relatório de vendas dos ingressos comercializados com meia-entrada. Se um estabelecimento não conceder desconto, poderá receber sanções administrativas que incluem, entre outras, multa e possível suspensão de alvará de funcionamento.

Além de apurar as denúncias de consumidores que se sentem lesados, do Ministério Público e de outros órgãos, o Procon-DF promete ações pontuais de fiscalização em estabelecimentos culturais, bares e restaurantes submetidos à Lei da Meia-Entrada.

A presidente da UNE, Carina Vitral, disse que os estudantes farão blitz em todo o país para acompanhar o cumprimento da lei:

— E quem estiver burlando a legislação será denunciado — garantiu Carina.

Lei foi aprovada em 2013 após ampla negociação

Publicado em 6 de outubro, quase dois anos após a sanção da lei, o Decreto 8.537 encerra um debate iniciado em abril de 2007, quando os então senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns apresentaram o Projeto de Lei 188.

O texto previa o benefício apenas para estudantes e idosos com mais de 60 anos. Posteriormente, deputados

incluíram as pessoas com deficiência e os jovens de baixa renda de 15 a 29 anos.

Quando voltou ao Senado, o então senador Vital do Rêgo foi relator. Segundo ele, a aprovação só foi possível após ampla negociação entre lideranças partidárias e representantes de grupos estudantis, do setor cultural e de grupos de defesa dos idosos.

O que vai valer

As regras da nova Lei da Meia-Entrada estão presentes no Decreto nº 8.537 e foram publicadas no *Diário Oficial da União* regulamentando as Leis 12.852 e 12.933, aprovadas em dezembro de 2013



QUEM TEM DIREITO? Estudantes, jovens de 15 a 29 anos de baixa renda, pessoas com deficiência e idosos com mais de 60 anos — direito a eles já garantido pelo Estatuto do Idoso.



QUANDO? A partir de 1º de dezembro de 2015. Leis municipais e estaduais seguem vigentes até esta data.



PISO A regulamentação prevê a obrigatoriedade de produtores culturais oferecerem, no mínimo, 40% dos ingressos como meia-entrada. Trata-se de um piso. Se o produtor quiser, pode estender o número de meias-entradas para além do percentual mínimo.



PRAZOS Além da limitação da meia-entrada a 40% do total de ingressos, eles só estarão reservados aos beneficiários a partir do início das vendas até 48 horas antes de cada evento, com disponibilidade em todos os pontos de venda de ingresso, físicos ou virtuais. Para eventos acima de 10 mil pessoas, a reserva da meia-entrada será válida até 72 horas antes do evento.



CARTEIRA ESTUDANTIL Os estudantes terão o direito à meia-entrada mediante apresentação da Carteira de Identificação Estudantil, que seguirá um modelo nacional e poderá ser emitida por entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), além de diretórios centrais de estudantes e centros acadêmicos. O documento será renovado anualmente, com comprovação de matrícula.



IDENTIDADE JOVEM A meia-entrada para jovens de baixa renda, que tenham de 15 a 29 anos, será concedida por meio da apresentação da Identidade Jovem, documento que será emitido a partir de março pela Secretaria Nacional de Juventude. A emissão vai levar em conta informações sobre beneficiários de programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA Para as pessoas com deficiência, a regulamentação prevê o benefício da meia-entrada por meio da apresentação do cartão do Benefício de Prestação Continuada ou documento do Instituto Nacional do Seguro Social que ateste a aposentadoria da pessoa com deficiência. O acompanhante também terá direito ao desconto.



INFORMAÇÃO As bilheteiras, físicas ou on-line, terão de avisar “de forma clara, precisa e ostensiva” quantos ingressos estão à venda no total, qual a proporção exata de meias-entradas e quando os ingressos se esgotam. Caso isso não seja explicitado, o consumidor poderá exigir pagar metade do valor do ingresso.



RELATÓRIOS As empresas promotoras e produtoras de eventos deverão apresentar um relatório de vendas com indicação dos ingressos comercializados com meia-entrada.



FISCALIZAÇÃO O decreto diz somente que a fiscalização será realizada por “órgãos públicos competentes federais, estaduais, municipais e distrital, conforme área de atuação”, mas não especificou quais são eles.



NADA DE CAMAROTES O projeto também prevê que o benefício da meia-entrada não será cumulativo com “qualquer outras promoções e convênios” e também não se aplica ao valor de serviços adicionais como “camarotes, áreas e cadeiras especiais”.



TRANSPORTE INTERESTADUAL Serão asseguradas duas vagas para jovens de baixa renda em cada ônibus, trem ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros. E duas vagas com desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, a serem usadas depois de esgotadas as vagas gratuitas. Para ter acesso à gratuidade, o beneficiário terá que apresentar a Identidade Jovem.

Saiba mais

Decreto da meia-entrada
<http://bit.ly/decreto8537>

Emissão do Documento Nacional do Estudante
www.documentoestudante.com.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Comissão avalia regra de fidelização de celular

Segundo proposta em pauta na Comissão de Ciência e Tecnologia, operadoras devem reduzir preço do aparelho ou do valor anunciado pelo serviço em troca da fidelização

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deverá analisar hoje proposta que assegura ao usuário de telefonia móvel o direito à liberdade de escolha da prestadora de serviço, previsto na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997). O projeto visa coibir práticas das empresas para desestimular o cliente a substituí-las por meio da imposição de cláusulas de fidelização.

Será votado substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 123/2011, elaborado pelo senador José Medeiros (PPS-MT), que tramita em conjunto com o PLS 559/2011.

Para fidelizar o cliente, as operadoras de celular devem conceder vantagens ao usuário, com redução no preço do aparelho ou no valor anunciado do serviço. Também de acordo com a proposta, o usuário deve ser informado sobre as diferenças de preço entre o contrato com fidelização e o normal. O contrato de fidelidade não poderá ultrapassar 12 meses, e a operadora ficará proibida

de bloquear o aparelho.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) recomendou, no entanto, a prejudicialidade do projeto, por meio de voto em separado. Segundo o senador, as regras apresentadas já constam de normas editadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A seu ver, o Congresso deve manifestar-se sobre essas questões apenas se não houver regulamentação justa e razoável que ampare o direito dos usuários de telefonia móvel ou em casos em que a Anatel deixe de cumprir seu papel regulatório.

Além disso, argumentou, as tecnologias e as práticas na área de telecomunicações evoluem muito rapidamente, o que recomenda tratamento infralegal, prioritariamente.

Outro projeto em pauta é o PLS 129/2015, de Wilder Moraes (PP-GO), que assegura ao usuário o direito de obter das prestadoras de telecomunicações respostas imediatas, claras e completas sobre solicitações de manutenção e instalação de serviços.

“Muitas vezes, os prazos



Outro projeto em pauta no colegiado garante ao usuário um canal de comunicação direto com técnicos da operadora

definidos para a conclusão dos serviços não são cumpridos e os usuários sofrem as consequências de não poderem utilizar os serviços de telecomunicações de que necessitam, sem sequer serem informados do adiamento” afirma Wilder na justificativa do projeto.

O texto, que também muda a Lei Geral de Telecomunicações, tem voto favorável do relator, Sérgio Petecão (PSD-AC). A proposta garante ainda ao cliente a oferta de um canal

de comunicação direto com os funcionários responsáveis pelos procedimentos de instalação e de manutenção dos serviços, mesmo se forem terceirizados. Dessa forma, o usuário terá direito a se informar diretamente com o técnico sobre o procedimento, sem intermediação da central de atendimento ao cliente.

Ciência sem Fronteiras

Durante a reunião, será apresentado o resultado de pesquisa, realizada pelo Data-

Senado, sobre o Programa Ciência sem Fronteiras, política pública que a CCT avalia nesta legislatura. As entrevistas para a pesquisa de opinião foram realizadas com bolsistas e ex-bolsistas do programa.

O relator da política pública é o senador Omar Aziz (PSD-AM), que apresentará suas conclusões sobre o programa no fim do ano, após colher depoimentos de gestores e beneficiários do Ciência sem Fronteiras em várias audiências públicas.

Senado deve acabar com “jabutis” em emendas, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de declarar inconstitucional a inclusão, em medidas provisórias, de emendas sobre assuntos diferentes do tema original da MP, os chamados jabutis.

— Creio que em torno de 80% das MPs sempre aprovadas no Congresso afrontam a Constituição. Portanto, é uma providência moralizadora, é uma providência saneadora, indispensável para que possamos discutir, debater e rejeitar medidas provisórias que contrariam a Constituição do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paim cobra apoio aos aposentados e pensionistas do Aerus

Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo ontem a deputados e senadores para que “decidam de uma vez por todas sobre os vetos presidenciais, entre os quais o que trata do aumento dos servidores do Judiciário”.

Disso depende, disse o senador, a aprovação de projeto que destina R\$ 368 milhões do Orçamento para o Ministério da Previdência Social. Esse dinheiro será destinado aos aposentados e pensionistas do Aerus.

Ele também registrou apoio ao Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas dos Estados e Municípios, que acontecerá em João Pessoa. O objetivo é discutir a proposta das contribuições previdenciárias dos servidores.

Ângela Portela critica cortes em programas dedicados a jovens

Ângela Portela (PT-RR) criticou a redução de recursos para o Ciência sem Fronteiras, o Fies e o Pronatec. Segundo ela, os programas podem contribuir para a formação de jovens com capacidade de alavancar o desenvolvimento. Cortar programas, disse, pode agravar a vulnerabilidade social.

— Os índices de morte por armas de fogo são em média duas vezes maiores entre pessoas de 15 a 29 anos. É fundamental adotar ações coordenadas na segurança. Mas é igualmente fundamental não só manter, mas ampliar investimentos em educação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Projeto que fixa novo piso salarial de professor pode ser votado hoje

O projeto que aumenta o piso salarial dos professores da rede pública para R\$ 2.743,65 está entre as propostas que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve votar hoje.

Para ajudar a financiar o novo piso, o PLS 114/2015 também determina que 5% da arrecadação das loterias seja destinada a custear a complementação de salário dos professores.

Hoje, o vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio modalidade normal, com jornada de 40 horas semanais, é de R\$ 1.917,78.

O projeto de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM)

recebeu voto favorável da relatora, Ângela Portela (PT-RR), e ainda deve passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Se aprovado, irá diretamente para a Câmara.

A CE pode analisar o PLS 138/2012, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos. O objetivo é aferir se existe equivalência na formação dos profissionais formados no exterior e no Brasil.

A CE inaugurará três novos retratos na galeria de ex-presidentes da comissão: de Roberto Requião (PMDB-PR), presidente entre 2011 e 2013, e dos ex-senadores Cyro Miranda (2013-2015) e Fátima Cleide (2009-2011).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Debatedores: pode faltar insumo à agropecuária

Para representantes do setor, Brasil é muito dependente da importação de minerais para adubação, tornando o incentivo à produção interna questão de estratégia nacional

AGENDA BRASIL

A SUBCOMISSÃO PERMANENTE de Acompanhamento do Setor de Mineração fez audiência pública ontem com representantes do setor de insumos para a agricultura e a pecuária. Eles argumentaram que o Brasil precisa de políticas de apoio à produção desses minerais (como calcário, potássio e fósforo), pois é um grande consumidor e o desabastecimento pode prejudicar o setor agropecuário.

— A condição de forte dependência da importação dos insumos coloca o tema como questão estratégica nacional. É de suma importância a elaboração e a implantação de políticas públicas que eliminem os gargalos e contribuam para o aumento da produção e para a sobrevivência da atividade — alertou David Roquetti Filho, diretor-executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos.

Dados apresentados na audiência mostram que o



Senador Wilder Morais (C) conduz debate com José Alberto da Silva, Roquetti Filho, Domingos Sávio e Reginaldo Minaré

Brasil importa cerca de 78% dos minerais de adubação e fertilização que consome. O consumo é o quarto maior do mundo e vem aumentando, mas a produção interna ocupa só o nono lugar na lista global. O crescimento da importação supera em quatro vezes o crescimento da produção. Os convidados observaram que, nesse cenário de dependência

do mercado externo e fraco abastecimento interno, não se pode descartar a possibilidade de escassez de fertilizantes.

Os palestrantes apontaram que o Brasil tem potencial para reverter a situação, pois possui boas reservas. O problema é a burocracia da exploração. Para Domingos Sávio, presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás

e do Distrito Federal, é preciso atrair os empreendedores.

— Nós temos excesso de papéis e isso está dificultando. É um segmento de empresas pequenas, mas que são bastante inovadoras — defendeu.

O investimento em minerais tem particularidades que precisam ser observadas, segundo Reginaldo Minaré, consultor da Confederação

da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A produção de calcário, por exemplo, precisa ser regionalizada e próxima aos agricultores, porque os custos e a logística do transporte são muito altos. Minaré disse lamentar a falta de atenção qualificada dada ao setor:

— A “revolução verde” da agricultura não chegou à gestão pública desse setor. O avanço científico e tecnológico aconteceu, mas o avanço na administração não veio junto.

Os convidados insistiram que a elaboração de novo marco legal deve ser bem discutido com o setor produtivo, para não perder de vista as necessidades reais da indústria.

O colegiado, vinculado à Comissão de Infraestrutura (CI), pretende avaliar o setor minerador brasileiro para contribuir com a elaboração do novo marco regulatório, integrante da Agenda Brasil. O colegiado é presidido por Wilder Morais (PP-GO), que anunciou audiência pública em novembro sobre minerais usados na construção civil.

Nova metodologia para cálculo do desemprego é avaliada em debate

A metodologia de cálculo do desemprego adotada pelo governo será discutida em audiência pública amanhã pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Foram convidados o coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo Pereira, e a coordenadora-geral substituta de Estatística do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Maria das Graças Parente.

Desde 2002, a taxa de desemprego divulgada pelo governo federal era baseada na Pesquisa Mensal de Emprego, realizada em apenas seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os dados eram divulgados com dois meses de atraso. No entanto, o IBGE anunciou este mês que a última coleta da pesquisa será em fevereiro de 2016, com resultado divulgado em março.

Ela será substituída definitivamente no cálculo dos índices de desemprego pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. A nova metodologia mostra o cenário do emprego em 3,5 mil municí-

pios de todo o país, incluindo áreas rurais, as 26 capitais e o DF, em um total de 211.344 domicílios. Os dados serão divulgados a cada trimestre, com até seis meses de atraso.

Para o autor do requerimento do debate, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), a pesquisa mensal usada hoje subestima o número de pessoas desocupadas no país e infla o número de pessoas empregadas, ao “coletar dados em um universo extremamente restrito de pessoas e cidades, em especial aquelas onde o setor industrial é mais desenvolvido e possibilita o maior acolhimento no mercado de trabalho”.

— Outras metodologias existem, tais como aquelas utilizadas pelo Dieese e pela Organização Internacional do Trabalho, a OIT, ambas com índices muito superiores aos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego. É fundamental que o Senado compreenda exatamente quais são os critérios adotados pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho para a identificação do número de desempregados no Brasil, já que esse índice orienta, substancialmente, diversos investimentos públicos — ressaltou o senador.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Primeira infância é tema de audiência conjunta

As Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Direitos Humanos (CDH) e de Educação e Cultura (CE) promovem amanhã, às 10h, audiência pública sobre a primeira infância, fase da vida que vai da concepção aos 6 anos de idade. O tema específico é “A epigenética e o desenvolvimento infantil”.

Epigenética é um campo do conhecimento que se refere às

mudanças genéticas em um organismo ocasionadas por uma experiência positiva ou negativa. Situações vividas pela mãe durante a gravidez, por exemplo, podem influenciar características de personalidade e propensão a doenças da criança. A primeira infância é o período mais significativo para mudanças epigenéticas.

O debate terá a participação

de dois pesquisadores franceses: a psiquiatra Françoise Molénat e o pediatra e neonatologista Gilles Cambonie. Os especialistas do Brasil são a psicóloga Maria Regina Maluf e o psicólogo, psicanalista e pedagogo Luiz Antonio Corrêa.

A audiência será interativa. As palestras terão tradução simultânea do português e do francês e também para a língua brasileira de sinais (Libras).

O evento faz parte da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que começa hoje no Senado. A programação tem painéis, conferências e oficinas. Ao todo, são 22 palestrantes, entre médicos psiquiatras e pediatras, psicólogos, educadores e musicistas.



A gestante Elza Lúcia: experiências vividas pela mãe podem alterar a genética

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

CPI ouvirá presidentes das federações de futebol

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol realiza audiência pública amanhã com presidentes de federações de futebol estaduais sobre a situação do esporte no país.

Foram convidados Reinaldo Bastos, da Federação Paulista de Futebol; Mauro Carmélio, da Federação Cearense de Futebol; André Luiz Pitta Pires, da Federação Goiana de Futebol; Evandro Carvalho, da Federação Pernambucana

de Futebol; Gustavo Vieira, da Federação de Futebol do Espírito Santo; Heitor Luiz da Costa Júnior, da Federação de Futebol de Rondônia; e Roberto Góes, da Federação Amapaense de Futebol.

No requerimento do presidente da CPI, Romário (PSBRJ), o convite é estendido aos presidentes das 26 federações estaduais e da Federação Brasileira de Futebol, para que possam contribuir com

informações relativas às investigações da comissão parlamentar de inquérito, bem como apresentar sugestões que possam ser aproveitadas “para o aprimoramento legal e esportivo do futebol nacional”.

A audiência começará às 14h30, na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, e será realizada em caráter interativo.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Para participantes de audiência pública feita pela Comissão de Direitos Humanos, proposta de emenda à Constituição em análise no Senado ataca direitos dos trabalhadores

Fim do imposto sindical é rejeitado em debate

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sindicalistas defenderam a rejeição de proposta de emenda à Constituição que acaba com a contribuição sindical obrigatória, mais conhecida por imposto sindical.

A proposta (PEC 36/2013) foi apresentada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT). O texto altera o artigo 8º da Constituição para suprimir a cobrança de contribuição sindical obrigatória em favor das associações que formam o sistema confederativo de representação sindical. Segundo o parlamentar, o imposto sindical promoveria uma relação de dependência financeira dos sindicatos em relação ao Estado.

Direitos atacados

Para os sindicalistas, a proposta desmantela o movimento sindical e ataca os direitos dos trabalhadores.

— Esse dinheiro não vem do governo. O governo simplesmente regula para que a contribuição venha dos participantes da categoria, mas não é o governo que está colocando o dinheiro. Há muita falácia dentro das justificativas [dos projetos] — disse Daro Marcos Piffer, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

A PEC aguarda votação na



Fonte de custeio das entidades sindicais foi um dos pontos abordados na audiência dirigida por Paulo Paim (3º à esq.)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, José Medeiros, (PPS-MT), apresentou parecer pela aprovação. Mas, segundo o senador Paulo Paim (PT-RS) e João Paulo Ribeiro, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Medeiros está aberto a ouvir a posição dos sindicalistas sobre a PEC e pode mudar seu parecer.

— Nós queremos acabar com a organização sindical? Se for isso, o projeto é um bom caminho — avaliou Ribeiro.

Para Miguel Salaberry Filho, da União Geral dos Trabalhadores, a PEC vai “extirpar trabalhadores de sua representatividade”.

Valeir Ertle, da Central Única dos Trabalhadores, defendeu a substituição do imposto

sindical pela contribuição sobre a negociação coletiva (ou contribuição negocial).

Nesse modelo, a contribuição só seria cobrada nas campanhas salariais conduzidas pelos sindicatos e somente se assembleias da categoria aprovassem a cobrança. Assim, o filiado pagaria a contribuição normalmente e o não filiado pagaria se quisesse se beneficiar da negociação coletiva.

Segundo Ertle, essa nova sistemática fortaleceria os sindicatos realmente representativos e enfraqueceria as entidades de fachada:

— Hoje tem muito sindicato que cobra imposto e não faz nada. São mais de 2 mil sindicatos que não negociam, mas recebem imposto sindical mensalmente — afirmou.

Já Moacyr Roberto Tesch, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, defendeu a manutenção do atual modelo de financiamento dos sindicatos, que, além do imposto sindical, também é baseado nas contribuições (confederativa e assistencial) e na mensalidade cobrada do sindicalizado.

— As convenções coletivas e os direitos são universais se a pessoa é filiada ou não é filiada — apontou.

Regulamentação

O financiamento sindical também está em discussão na Câmara dos Deputados. Uma comissão especial foi instalada no começo de outubro com o propósito de elaborar um projeto que regulamente as contribuições aos sindicatos.

João Domingos Gomes dos Santos, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, e Luiz Saraiva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, sustentaram que qualquer substituição do imposto sindical por outra modalidade seja construída consensualmente entre os trabalhadores antes de tramitar no Congresso.

— O que não podemos aceitar é que seja dado fim ao imposto sindical sem que seja dada outra forma de custeio — defendeu Saraiva.

Outra proposta que preocupa os sindicalistas é o PLS 710/2011, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que regulamenta o direito de greve de servidores. O texto limita a contagem do tempo de paralisação como de efetivo serviço e exige a manutenção em atividade de 50% a 80% do total de servidores, de acordo com o tipo da atividade exercida.

O projeto foi rejeitado na CDH, que aprovou no lugar o PLS 287/2013, de Paulo Paim. A proposta, que vai passar agora pela CCJ, prevê que a participação em greve não desabona o servidor em avaliações de desempenho que envolvem a produtividade.

— Há um movimento na CCJ para barrar esse projeto que aprovamos e aprovar o que foi rejeitado. Nosso projeto foi uma construção coletiva — alertou Paim.

Comissão discute recuperação da BR-319, na Região Norte

O processo de recuperação da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, será debatido na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Acir Gurgacz (PDT-RO), autores do requerimento, a rodovia foi concluída

em 1976 e completamente abandonada em anos posteriores. A audiência pública está marcada para amanhã, às 8h30.

No pedido, os senadores explicam que a recuperação foi incluída como obra do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) em 2009 e vem sendo realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Um trecho da obra foi interditado pelo Ibama, que alegou irregularidades e graves danos ambientais e cobrou multa de mais de R\$ 7 milhões.

Segundo Vanessa e Gurgacz, não é a primeira vez que a obra é prejudicada por desentendimento entre o órgão executor e o órgão ambiental. O debate busca contribuir na busca de uma solução para a obra, importante para incrementar a economia da Região Norte.

Foram convidados representantes dos governos do Amazonas e de Rondônia; do Dnit; do Ibama; da Fundação Nacional do Índio; da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; e da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia.

Prioridade do país é pôr fim à crise política, diz Jorge Viana

Para tirar o Brasil da crise econômica, é preciso antes pôr fim à crise política, disse Jorge Viana (PT-AC). O senador propôs um entendimento entre a oposição e o governo para a melhora do ambiente político.

Para Viana, enquanto os políticos se engalfinham, as dificuldades econômicas alcançaram as famílias mais pobres. Um exemplo desse conflito, segundo o senador, são as pautas-bomba, projetos que produzem mais despesas aos cofres do governo. De acordo com o senador, o Congresso deve manter os vetos a essas propostas.

— Essas propostas podem gerar mais de R\$ 150 bilhões em novos gastos. São matérias votadas na Câmara, no Senado e no Congresso que pioram a saúde econômica do país e podem aumentar a crise — disse.

Ele também comemorou o Dia dos Médicos, celebrado em 18 de outubro.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Blairo: governo deve cortar gastos e cargos comissionados

Para Blairo Maggi (PR-MT), se nada for feito contra os impactos da crise econômica, a vítima pode ser a própria presidente Dilma Rousseff. Segundo o senador, são necessárias medidas como corte de gastos e de parte dos 18 mil cargos comissionados, sem que haja elevação da carga tributária.

De acordo com Blairo, as pessoas perderam a confiança no futuro. Elas e, principalmente, as empresas sofrem com a falta de crédito, “que é reflexo de uma escolha infeliz do ministro da Fazenda, Joaquim Levy”, de adotar medidas para reduzir o consumo para conter a inflação.

— No momento em que se opta por fazer com que não haja consumo de bens e serviços para segurar a inflação, isso mata a economia e tira a esperança de todos aqueles que aí estão para crescer e fazer as coisas andarem — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gurgacz pede liberação de obras de reforma de rodovia

Acir Gurgacz (PDT-RO) voltou a pedir ao Ibama que libere as obras de recuperação da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Segundo ele, o maquinário está parado nas laterais da estrada aguardando um posicionamento do Ibama, que embargou o empreendimento.

— Não tem lógica interromper a manutenção de uma estrada tão importante quanto a BR-319. As companhias estão lá instaladas e as máquinas no local sem poder trabalhar por conta de uma questão do Ibama. É uma situação que não consigo entender — protestou o senador.

Gurgacz destacou que a obra faz parte do programa nacional para pavimentação de estradas vicinais, que começou em Rondônia. Uma parceria entre os governos federal, estaduais e municipais, viabilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Marcos Oliveira/Agência Senado